

Sinais multiformes de identidade: *muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV*

Carla Varela Fernandes¹

Resumo

Durante o século XIV alguns indivíduos das elites urbanas de Lisboa preocuparam-se com as suas memórias póstumas, mandando, para tal, erguer túmulos monumentais, lápides decoradas ou, ainda, capelas funerárias de maior ou menor imponência. Não obstante ser perceptível, através de alguma documentação que chegou até nós, a existência de uma noção de pertença a um grupo social diferente e poderoso por parte destes homens e mulheres, a verdade é que as suas escolhas de âmbito funerário desenvolvem-se na senda do que a nobreza já habitualmente fazia, em especial no que se refere às iconografias dos jacentes e da decoração das arcas tumulares. Em quase nada se distinguem das opções iconográficas da nobreza portuguesa desses tempos e dos tempos anteriores, em especial os indivíduos que escolheram a Catedral de Lisboa para lugar de repouso eterno, à excepção dos conteúdos das epígrafes que os acompanham e que os referem como “cidadãos de Lisboa”. Neste momento, e face ao surgimento, nos últimos anos, de vários estudos sobre as elites urbanas, assim como diferentes questões que captaram a minha atenção relativamente aos seus sepulcros, julgo que estes merecem ser revisitados, repensados e rerepresentados neste breve estudo.

Palavras-chave

Túmulo medieval; lápide medieval; elites urbanas; capela funerária, catedral de Lisboa.

¹ Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH.

Multiform signs of identity: many doubts and some hypotheses about the sepulchers of the urban elites in the 14th century Lisbon.

Abstract

During the fourteenth century, some individuals of Lisbon urban elites worried in advance about their posthumous memories, ordering monumental tombs or decorated tombstones and, in some cases, funerary chapels of greater or lesser magnificence. Notwithstanding being perceptible through some documentation that came to us, of the existence of a notion of belonging to a different and powerful social group on the part of these men and women, the truth is that his choices of funerary scope develop in the path of what the nobility already habitually did, especially with regard to the iconographies of the effigies and the decoration of the tombstones. They are hardly distinguishable from the iconographic options of the Portuguese nobility of those times and of the earlier times, especially the individuals who chose the Cathedral of Lisbon as an eternal resting place, with the exception of the contents of accompanying epigraphs and which refer to them as “citizens of Lisbon “. At this time and in the view of the emergence in recent years of various studies on urban elites, as well as different issues that have caught my attention regarding their tombs and tombstones, I think they deserve to be revisited, rethought and resubmitted in this brief study.

Keywords

Medieval tomb; medieval tombstone; urban elites; funerary chapel; Lisbon cathedral.

O *corpus* ainda existente da escultura tumular pertencente a membros das designadas elites urbanas de Lisboa, em particular do século XIV, deverá corresponder, imaginamos, a um número inferior ao que de facto existiu. Os túmulos e as lápides medievais, desaparecidos dos diferentes templos da cidade, ora sobre os escombros e incêndios provocados por diferentes terremotos, em especial pelo grande sismo de 1755, ora por abandono e/ou reutilização, foram sucumbindo ao passar dos séculos. É verdade que não há, até ao momento, dados documentais suficientes para reconstituirmos o quadro original dos enterramentos deste grupo social lisboeta na referida centúria, sendo este assunto um campo ainda a aguardar mais investigações e mais resultados.

Em 2001, quando estudei o conjunto escultórico tumular medieval da Sé de Lisboa, sabia-se menos sobre algumas personagens que aí foram inumadas do que sabemos hoje, em virtude dos resultados de estudos parcelares desenvolvidos por diferentes historiadores e que, aos poucos, vão aclarando muitas das sombras que, naquela altura, ainda dificultavam mais o entendimento destas memórias funerárias.

Nas últimas décadas, o próprio conceito de “elites urbanas” alcançou um terreno mais sólido no debate historiográfico, no âmbito e biografias, como dos estudos sobre a heráldica que lhes está associada. Algumas dessas novidades são acrescentadas neste volume por outros historiadores, pelo que apenas me vou centrar nas suas memórias tumulares, na análise das iconografias, das características formais e estilísticas, interrogando-as, tanto quanto obras de arte anónima o permitem.

Começo pelo caso mais conhecido e naturalmente mais emblemático, em virtude da grandiosidade das suas acções e obras, bem como do interesse que a própria figura, ainda enigmática², sempre suscita: Bartolomeu Joanes.

Este constitui um exemplo muito interessante de um rico-homem (ou cavaleiro-vilão) que investiu, de forma sistemática, concertada e com grande aparato, na construção da sua memória póstuma. O investimento visou tanto a construção de uma mensagem e de uma imagem destinada ao Além e com vista à salvação da alma alicerçada em abundantes legados pios e na construção de uma capela sob o orago de S. Bartolomeu, como de uma memória social destinada à sociedade em que este poderoso cidadão de Lisboa se inseria (onde também se conta a construção da capela funerária, e, sobretudo, do túmulo e de duas epígrafes [Fig. 1]).

² SOUSA, J.M.C – Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935, p. 24; e BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa. 862-1422. Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II: Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1497.



Fig. 1 – Túmulo de Bartolomeu Joanes. Ca. 1325-1326. Autor não identificado. Capela de S. Bartolomeu, Catedral de Lisboa. Foto: ©ADF/DGPC/ José Pessoa.

O testamento de Bartolomeu Joanes, que não cabe aqui analisar com detalhe, constitui um dos mais extensos e generosos testamentos que se conhecem da documentação portuguesa do século XIV, particularmente pródigo em obras pias e em informações que dão uma perspectiva muito aproximada da extensão do poder deste indivíduo na sociedade lisboeta. De qualquer forma, apenas sabemos da sua notoriedade e poder através do texto do testamento redigido somente dias antes da sua morte, e não através de documentos anteriores que dêem conta de diversos momentos da sua vida. Este estranho silêncio já havia sido notado anteriormente³.

Paralelamente, e através do seu poder económico e das boas relações com o cabido e com a própria corte de D. Dinis (como o mesmo não deixou de mencionar no respectivo testamento), dispôs dos meios e da condição social que lhe permitiram a autorização para a construção de capela funerária anexa à catedral de Lisboa, assim como a construção de um monumental túmulo para última morada, acompanhado da já referida e extensa epígrafe destinada ao mesmo espaço funerário.

Na análise desta memória sepulcral, a capela e o túmulo não devem ser dissociados porque ambos constituem um todo uno, e que correspondeu à vontade pessoal do encomendador/doador. No âmbito deste estudo específico, por questões de delimitação dos temas a tratar e do limite do texto, vou centrar a análise nos aspectos relativos ao túmulo e remeto as questões sobre a construção da capela

³ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1497.

de S. Bartolomeu e suas características arquitectónicas para outros estudos já existentes⁴. Apenas chamo a atenção para a importância da onomástica para a compreensão do que, nesses anos, se tornava muito perceptível na dedicação de capelas e/ou igrejas e mosteiros. A capela funerária do rico mercador e à qual se referiu no testamento “(...) *A qual capela tenho por bem e mando que seja intitulada e chamada de São Bartolomeu, por cujo nome eu sou chamado. (...)*”⁵ foi dedicada a este santo apóstolo porque esse era o nome do instituidor. Da mesma maneira, outro homem das elites urbanas lisboetas, de nome Estêvão Domingos⁶, e sua mulher Mor Dias, instituíram em 1305 capela funerária no claustro da Sé, sob o orago de Sto. Estêvão⁷. Em anos próximos, também exemplo o orago de um mosteiro cisterciense, mandado construir por vontade do rei D. Dinis (também para seu lugar de sepultura), que foi dedicado a S. Dinis pela mesma razão.

No caso do túmulo de Bartolomeu Joanes, e como elemento fundamental à construção da sua memória, o que esta obra afirma, claramente, é que aquele que ali se encontra inumado foi um cavaleiro. Essa percepção torna a sua memória visual enganosa, se consideramos apenas a existência de cavaleiros pertencentes à classe da nobreza. Mas, talvez não seja tão enganadora assim, se abrirmos o nosso campo de entendimento à existência de um outro tipo de nobilitação, um outro tipo de reconhecimento social que, a partir de meados do século XIII, mas, em especial, durante o século XIV, passou a ser conferido também aos membros mais destacados das cidades, precisamente das elites urbanas. Estes, tanto podiam estar ligados ao mundo das transações comerciais (em especial as que se realizavam com o exterior, como era o caso de Bartolomeu Joanes), quer às leis, à administração ou ao ensino, ou seja, algumas pessoas que também frequentavam ou “gravitavam” em torno dos ambientes das cortes régias, também elas, cada vez mais urbanas,

⁴ Cito apenas alguns dos contributos mais relevantes: PITT, Thomas – *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760). Observations in a tour to Portugal and Spain (1760)*, introd. dir. científ. e coord. Maria João NETO; Transcr. Bernardo SÁ-NOGUEIRA; Trad. Pedro FLOR. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006, p. 114; FONSECA, Martinho da – *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschinni*, Lisboa, 1912, p. 25; CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, anot. SILVA, Augusto Vieira da, 2.ª ed. Rev. e ampl. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938, pp. 57-60 e 85-95; DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994, pp. 105-106; PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 386; ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In JORGE, Ana Mª Jorge; RODRIGUES, Ana Mª (Coords.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Círculo de Leitores, 2000, pp. 463-464; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa: Presença, 2002, p. 58.

⁵ TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval na Sé*. Lisboa: Ramos Afonso & Moita, 1984, p. 40.

⁶ Sobre os dados biográficos de Estêvão Domingos, Cf. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...* pp. 1284-1285.

⁷ FERNANDES, Paulo Almeida “A capela de Sto. Estêvão na Sé de Lisboa”, in FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lúcia; BUGALHÃO, Jacinta (Coords.) – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Lisboa: EGEAC, 2017, pp. 144-149.

assim como dos cabidos das catedrais. Foi essa a situação de Bartolomeu, nomeado almoxarife de Lisboa por D. Dinis⁸.

Presume-se que terá feito fortuna nas transações comerciais que levou a cabo no país e no estrangeiro. A este respeito, mas também para melhor se compreender que gosto estilístico pode ter influenciado as encomendas artísticas deste homem, importa citar mais um excerto do seu testamento, que me parece elucidativo dos muitos lugares onde comerciava e até onde tinha bens: “(...) *tão bem os móveis como os de raiz, em qualquer expressa maneira e coisas que possam ser achadas. Assim em Portugal como em França e em Flandres, como em outros quaisquer lugares ou lugar*”⁹. Não sabemos que outros lugares ou lugar se refere, mas a referência explícita à França e à Flandres são do maior significado para o que aqui se analisa.

Não foi, porém, a memória social de rico mercador que quis perpetuar de si, mesmo que tenham sido esses excecionais meio financeiros que lhe proporcionaram o acesso ao templo mais relevante de Lisboa para seu eterno descanso e onde “desenhou” um projeto de construção semi-idealizada da sua memória.

Teve a preocupação e o poder de mandar fazer, para si, uma capela funerária, à maneira do que a nobreza de linhagem fazia desde o século XII, com a criação de panteões familiares associados a importantes mosteiros. No seu caso, por ausência de descendência, Bartolomeu mandou construir a capela para si e deixou a possibilidade de nela se sepultarem os seus *companhês*. Uma decisão inédita e que constitui mais um elemento diferenciador e interessante do seu testamento. Na verdade, em séculos anteriores, um templo como a catedral de Lisboa seria interdito ao enterramento deste homem no seu interior ou à construção de uma capela funerária intercomunicante com o interior da catedral (a nave lateral norte). Mas Bartolomeu Joanes era não só de um outro tempo, como estava entre os mais ricos desse mesmo tempo, seguramente um dos mais ricos da sua cidade. A impressionante quantidade (e valor pecuniário) das benfeitorias que fez através de doações para construção de obras de caridade (o hospital, por exemplo) ou para auxiliar os mais desfavorecidos da sua cidade, assim como dotar os templos da mesma (em particular à Sé), tornavam esta personagem digna de tal favor: dispor do espaço correspondente a dois tramos junto à nave norte da igreja catedralícia para construir a sua capela.

Alguns aproveitaram a generosidade de Bartolomeu e deixaram-se levar pela vontade de partilhar a última morada com aquele de quem haviam sido companheiros (de profissão, os *companhês*). Sepultado numa das primeiras

⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 710

⁹ TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval...*, 53.

capelas exentas e anexas ao corpo de uma catedral, Bartolomeu Joanes afirmava assim o seu poder como cavaleiro vilão e, todos os que nessa capela se sepultavam, gozariam, também, do prestígio do seu instituidor.

Nos meados do século XIII e no século XIV, e em meios urbanos de grande importância como foi Lisboa, estes homens assumiram-se, nos seus gestos, mas também na imagem e na memória que construíram, como seguidores das pautas modelares que os cavaleiros da nobreza antiga lhes forneciam. Por isso, Bartolomeu Joanes, ao invés de criar para si uma imagem diferenciada, com símbolos novos, que expressasse o orgulho na classe socioprofissional a que pertencia, mandou representar-se no túmulo que para si foi construído com a imagem de um insigne cavaleiro. Como sublinhou José Mattoso “Frequentando a corte, não admira que imitasse os nobres”¹⁰. Tal como já havia sublinhado Mário Barroca, a presença da espada embainhada, disposta ao correr do corpo, as esporas calçadas e os escudos heráldicos a decorar a arca (repete o mesmo brasão cinco vezes) revelam a predisposição e a intenção de se conotar com os modelos típicos da Nobreza do século XIV¹¹.

Nenhum elemento aqui presente distingue claramente este monumento funerário (e a pessoa nele inumada) do túmulo, por exemplo, do cavaleiro Lopo Fernandes Pacheco, também sepultado na mesma catedral umas décadas mais tarde, em capela situada no deambulatório (capela de S. Cosme). Homem da grande nobreza de corte e o mais próximo do rei Afonso IV, apresenta-se num jacente com trajes talarés (de cortesão), a espada junto ao corpo, embainhada e com correia à sua volta, os pés calçados com borzequins e dotados de esporas e o cão, símbolo masculino por excelência aos pés do jacente. Também foi esta a imagem que ficou patente no túmulo que o almoxarife de D. Dinis na cidade do Porto, João Gordo, mandou lavrar e, ainda com mais pujança cavaleiresca, a imagem global da encomenda artística com fins funerários que um possível familiar de Bartolomeu Joanes¹², e sua mulher (Domingos Joanes e Domingas Sabachais), cerca de uma vintena de anos mais tarde mandaram fazer em Oliveira do Hospital: capela funerária e respectiva decoração, túmulos do casal, um retábulo, uma imagem de altar de Nossa Senhora e a imagem (“retrato”) equestre de Domingos. Todos estes elementos, conjugados, concorrem para projectar a integração deste indivíduo no universo cavaleiresco (ao qual certamente já pertencia).

¹⁰ MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 123.

¹¹ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1497.

¹² A possível ligação familiar entre as suas personagens já foi equacionada por LIMA, Henrique Linhares de – *Vultos e Sombras Medievais (achegas para um estudo histórico-genealógico)*. Separata de *Olisipo*. Lisboa, 1948, pp. 103-121; por CORREIA, Vergílio – *Obras. Estudos de História da Arte – Pintura e Escultura*. Vol. III. Coimbra: Universidade, 1953, p. 162; e mais recentemente por BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 1497-1498.

A juntar à sua imagem de perfeito cavaleiro, Bartolomeu Joanes não descurou outro atributo importante para demonstrar a sua condição de nobilitado urbano: a arca tumular é inteiramente decorada com grandes escudos com as armas dos Joanes, apenas separados por bandas de elementos vegetalistas entrelaçados. As dimensões que assumem estes brasões no preenchimento do campo escultórico (três na face longa e apenas um em cada topo), é bem revelador da importância que conferia a estes símbolos distintivos. Nenhum santo, anjo ou clérigo foi aqui representado, como é tão habitual nesse tempo, e que revelavam, acima de tudo, preocupações com o destino e salvação da alma. Aqui, apenas o jacente, com o gesto das mãos unidas em prece sobre o peito, aludem à religiosidade deste homem e às suas esperanças para o Final dos Tempos.

Para Bartolomeu Joanes, assim como depois o Conde de Barcelos, D. Pedro Afonso (filho ilegítimo de D. Dinis), a preocupação centrou-se, no que respeita às memórias visuais póstumas, na construção da memória social e menos na dimensão espiritual. Em ambos os túmulos não há lugar a cenas religiosas, mas apenas de carácter profano¹³ e grandes escudos heráldicos num, e apenas escudos e faixas decorativas noutro. A quantidade de obras pias e de doações deveriam ser suficientes para garantir o acesso ao reino dos céus, por isso, Bartolomeu preocupou-se com a perpetuação da sua imagem para a sociedade daqueles que lhe sobreviveram e dos que constituiriam as gerações futuras. Não fosse a grande lápide com inscrição desenvolvida, colocada na parede sobre o túmulo, e a inscrição que corre no rebordo da tampa tumular, que o identificam e onde se auto designa como “honrado cidadão de Lisboa” apelando, assim, para a singularidade da sua posição entre os seus pares, e facilmente julgaríamos estar na presença de um cavaleiro¹⁴.

Mas reparemos noutra característica do túmulo de Bartolomeu Joanes, acerca do qual se desconhece a identidade e a origem do escultor, sabendo apenas que constitui uma novidade entre nós. Todos os autores que analisaram e escreveram sobre este túmulo são unânimes em defender a relação existente entre os seus aspectos formais e os da escultura francesa do século XIII, correspondente à fase do Gótico Idealista, caracterização expressa essencialmente no vestuário e na plástica do rosto.

Para além das suas proporções correctas e do harmonioso jogo de volumes, é a cabeça, profundamente idealizada e bela, que aproxima esta estátua jacente da

¹³ Mesmo que, no caso do Conde de Barcelos, as cenas ditas de carácter profano aí representadas (caça ao javali) tenham, necessariamente, também, uma dimensão religiosa. Cf. FERNANDES, Carla Varela – *Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia (séculos XII a XIV)*. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de doutoramento, pp. 527-545.

¹⁴ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 559, 560, 645.

estatuária francesa de Duzentos, a qual já foi comparada por diversos autores com o *Beau Dieu* de Amiens, ou com o *Cristo* do portal Sul da Catedral de Chartres, e, em minha opinião mais aparentado com o *Cristo em Majestade* da *Porta do Sarmental* da Catedral de Burgos, datada de 1230, reflexo da escultura francesa de tradição clássica, e atribuída ao *Mestre do Beau Dieu de Amiens*¹⁵.

Estas semelhanças são, de facto, evidentes, ainda que desfasadas no tempo e revelam não apenas a migração das formas artísticas medievais, muito para além dos centros irradiadores, mas também o apego a figurinos que privilegiam a beleza física idealizada por parte de quem encomendou, ou o fascínio que esta exerceu sobre quem executava as obras, num processo que quase se poderia dizer intemporal. É muito provável que o rosto do jacente original do túmulo de D. Dinis não andasse muito longe desta estética e deste grau de idealização. Apesar de ambos terem morrido em datas muito próximas, e de Bartolomeu ser frequentador da corte de D. Dinis, ao ponto de fazer uma doação para missas por alma do casal régio (Dinis e Isabel), a verdade é que nada sabemos sobre os escultores que trabalharam para o rei e para o mercador.

Mas em torno da sepultura de Bartolomeu Joanes e na sua capela outras sepulturas de homens das elites urbanas lisboetas foram aí colocadas (e com sua autorização testamentária) e outras, ainda, individualizam-se em diferentes espaços da catedral, em particular no claustro, obra arquitectónica realizada entre os finais do século XIII e a primeira década da centúria seguinte, pensada, desde o início para fins sepulcrais¹⁶.

Importa referir que alguns destes homens que aqui se sepultaram foram definidos através da mesma designação, como é exemplo “Mestre Lopo cidadão de Lisboa e tesoureiro del Rei”. Isto é, cidadãos de Lisboa, cuja importância, para além dos bens materiais decorria, cada vez mais, dos lugares que ocupavam, na esfera municipal ou junto da corte.

Entre os *companhons* de Bartolomeu Joanes, Lourenço Anes tem ainda a arca sepulcral (já sem tampa), decorada com escudos heráldicos e legenda epigráfica. Preferiu sepultar-se na capela de S. Lourenço, no claustro (lugar onde a arca foi exumada) e não na capela funerária de S. Bartolomeu, talvez em sinal de individualização da sua memória póstuma. Não foi o único deste grupo de cidadão lisboetas trecentistas abastados.

¹⁵ FERNANDES, Carla Varela – Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa. Lisboa: IPPAR, 2001, p. 108.

¹⁶ FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’?”. *Murphy* 1 (2006). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 27-30.

Mas outros *companhons*, como Martim Vicente, parecem ter feito essa opção, ainda que a documentação existente não o confirme e a inscrição da lápide, já muito gasta, não permita inferir sobre essa possibilidade. Certo é que esteve colocada no chão, a atestar o grau de desgaste da pedra e da sua esculturação. Nesta capela sepultaram-se, também, Giral de Santarém e outro (anónimo) de que restam fragmentos lapidários¹⁷. O caso de Giral de Santarém é particularmente interessante devido à inscrição epigráfica que se pode ler no fragmento da sua tampa de sepultura, já que este, apesar de ter preferido a capela da Misericórdia em vez da de S. Bartolomeu, fez questão de referir Bartolomeu Joanes no seu último depoimento escrito, assim como a condição de seu mercador e a profissão (mercador de Lisboa) : [...] / [...]RAL ...:RAL : D€ SA(n)TAREM : M(er)CADOR : D€ LIXBOA : A Q(ue)m : D(eu)S : PerDOE : E COMPAN/ HO(m) : DE B(ar)TOLAMEU : I(o)H(ann)IS : E PA / S(s)ou : NA F(r)EGUESIA : DA MADALENA : E : PASSOU : EN O MÊS : DENA : E(ra)¹⁸. Não tendo grande interesse artístico, dada a inexistência de elementos decorativos extra inscrição, revela-se um documento muito relevante para o estudo das sepultura das elites urbanas de Lisboa no século XIV, permitindo perceber um pouco mais do tecido social feito de muitos “fios” que se ligam.

A lápide de Martim Vicente é conhecida desde 1927¹⁹, sendo referido o seu conteúdo iconográfico e a identificação da figura aí representada como sendo um “procurador na Audiência dos Vigários de Lisboa”, compadre e testamenteiro de Bartolomeu Joanes. A tese é confirmada por M. Barroca, com alusão a dois documentos em que Martim Vicente foi referido. Um terceiro documento revela que este homem, *companhom* de Bartolomeu Joanes era também mercador de Lisboa.

Fixemo-nos na sua desgastada mas muito interessante lápide. Estreita e alta, tem todos os bordos definidos por estreita moldura, destinada à colocação da inscrição e/ou decorações. Na verdade, o bordo só foi parcialmente esculpido com caracteres para a identificação do defunto e não há quaisquer sinais de se ter prolongado pelos restantes lados. Nele está escrito: EST(A) SEPULTURA HE DE MARTIN VICENTE [...] ²⁰. Como veremos, na comparação com outras lápides semelhantes, em especial as que foram realizadas em França, todas incluíam este tipo de moldura e com inscrições mais extensas para a colocação dos epitáfios (Fig. 2).

¹⁷ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 2004-2005.

¹⁸ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, pp. 2004-2005.

¹⁹ SOUSA, Cordeiro de – *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935, p. 31.

²⁰ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 2002.



Fig. 2 – Lápide sepulcral de Martim Vicente. Meados do século XIV. Prov. da capela de S. Bartolomeu, actualmente na Capela da Misericórdia, Catedral de Lisboa. ©ADF/DGPC/ José Pessoa.



Fig. 3 – Lápide sepulcral de Hugues de Libergier (†1263).

Prov. da igreja Saint Nicaise de Reims. Catedral de Reims. Foto: Paulo Almeida Fernandes.

Ora, esta pequena inscrição pode bem ter sido feita *a posteriori*, por outro lapicida diferente daquele que esculpiu, com relevo inscrito, a moldura exterior, a figura do defunto e as microarquitecturas que a envolvem. A hipótese fundamenta-se na raridade da fórmula tão sucinta quando o campo da moldura permitia a esculturação de muitos mais caracteres, como tantas e tantas vezes ocorre noutras lápides do mesmo tipo como são exemplo algumas que referirei mais adiante.

Por não constituir um peso muito acrescido (como seria um túmulo), ou seja, por ser mais facilmente manejável e transportável, é possível que esta lápide tenha sido feita em França, onde esta tipologia obedecia, desde o século XIII, a modelos

estandardizados (em Portugal são raros os exemplos de lápides com relevo inscrito e sublinhadas com tinta preta; conhecemos, para o século XIV, a da abadessa 1.^a de Odivelas, e poucas mais) e trazida depois para Portugal, onde, então, se gravou a identificação do defunto, com economia de palavras. Na realidade, este tipo de importações não nos deverá surpreender, apesar do silêncio das fontes escritas a este respeito, já que as trocas comerciais entre estes países existiam (e Martim Vicente era do mesmo grupo profissional/social de Bartolomeu Joanes) e forçosamente implicariam produtos que não são habitualmente mencionados pelo facto de constituírem excepções relativamente aos que eram mais transacionados. A vinda de uma lápide numa embarcação não constituiria, certamente, motivo de particular interesse e não nos deve estranhar que possa nunca ter sido sequer mencionada em algum documento. De qualquer forma, sublinho, trata-se de apenas de uma hipótese.

Apesar do muito melhor estado de conservação que podemos observar na famosa lápide do não menos famoso arquitecto da desaparecida igreja de Saint Nicaise de Reims, Hugues de Libergier (†1263) e se tentarmos (com algum esforço devido ao desgaste da lápide do cidadão lisboeta) comparar alguns elementos que na lápide de Martim Vicente são comuns com a do arquitecto francês, talvez nos seja mais fácil perceber que se justifica a colocação desta hipótese para a origem da lápide portuguesa.

Repare-se no nicho triangular (gablete) enquadrado por artificiosa e estreitas torres com pináculos que se sobrepõem – 4 de cada lado. Dentro do gablete, abre-se um arco apontado e, dentro desse, um arco trilobado. Entre o vértice do gablete e o arco apontado, um trilóbulo que acrescenta o gosto da arquitectura gótica para estas duas sugestões de edifício que emolduram as figuras dos defuntos (**Fig. 3**).

É provável que, no caso de algumas lápides, onde o desenho das micro-arquitecturas é mais complexo e delicado, a inspiração venha dos manuscritos iluminados, onde esta gramática decorativa abunda, mas, aqui, o que foi esculpido corresponde uma tipologia de enquadramento arquitectónico para a figura do defunto ao centro da lápide, formalmente aceite entre os artistas e os clientes e que é comum tanto à lápide do arquitecto de Saint Nicaise de Reims como à de outras figuras laicas cujas lápides se guardam hoje, por exemplo, no Musée National du Moyen Âge, Thermes de Cluny (Paris). São os casos do fragmento de lápide de Pierre Hugon, da 2.^a metade XIII e proveniente da Abadia Saint-Denis, da lápide de Jean de Plonc[...] do 3.^o quartel do século XIII, ou o fragmento de lápide de Reinaldo de Ur, exumada nas escavações efectuadas na igreja de Saint-Benoit, Paris, datada do 3.^o quartel do século XIII, e que ilustram bem a repetição de uma tipologia, apenas com irrelevantes variantes.

A tendência generalizada nestes tempos e neste tipo de sepulturas, é a de representar as personagens como vivos, ou melhor, como bem-aventurados, acompanhadas, ou não, de atributos que identifiquem a sua profissão ou condição social. No caso de Martim Vicente, não se vislumbram atributos iconográficos reveladores da sua profissão, e trata-se, claramente, de uma figura idealizada, estereotipada, que poderia servir ao enterramento deste mercador, como de outra personagem qualquer que não fosse religiosa. Do ponto vista estilístico, reflecte muito bem o gosto por certo tipo de fisionomias em voga nestes anos, em especial em França e em Inglaterra, e em particular por este modelo de cabeleiras, fartas e aneladas que apenas deixam ver as orelhas); a túnica é longa, de mangas largas, e a terminar em pregas pesadas que apenas deixam ver o desenho dos pés, envoltos em sapatos bicudos e tecido, como na representação do arquitecto francês de Saint Nicaise, e que são tão característicos da segunda metade do século XIII e da 1.^a metade do XIV.

1. Mulheres das elites urbanas.

Na Catedral de Lisboa, em concreto na capela da Misericórdia, repousa o túmulo de *ua boa dona de Lisboa* (como se lhe referiu o Conde D. Pedro), isto é, uma mulher rica de Lisboa. Margarida Albernaz ou Alvernaz. Pertencente a uma família de ilustres da urbe lisboeta, foi estudada recentemente por Miguel Martins (como os restantes membros da família) que concluiu que os “Alvernazes, família que, ao longo do período de pouco mais de cem anos, dificilmente pode ser dissociada da História de Lisboa, facto, por si só, revelador da sua importância” (Fig. 4).

D. Margarida, foi casada com o almirante-mor de D. Dinis, Nuno Fernandes Cogominho, que havia casado em primeiras núpcias com Aldara Vasques Pimentel. O casamento com D. Margarida Alvernaz terá ocorrido antes de 1307 e sabemos, para além da compra de terrenos que ambos fizeram, que foram os instituidores da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta (actual Capela da Misericórdia), na Sé de Lisboa. Como já havia notado J. A. Sottomaior Pizarro e Miguel Martins²¹, a escolha deste local para a fundação da capela não será estranha ao facto de D. Nuno ter um irmão, Gonçalo Fernandes Cogominho, cónego da Sé de Lisboa.

²¹ PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, pp. 63-64; e MARTINS, Miguel Gomes – “Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 6 (2002). Lisboa: Câmara Municipal, pp. 11-12.



Fig. 4 – Túmulo de D. Margarida de Alvernaz (†depois de 1327). XIV. Capela da Misericórdia, Catedral de Lisboa. Foto: ©ADF/DGPC/ José Pessoa.

É, de facto, a maior capela funerária do claustro e desconhecemos onde e se recebeu aí o túmulo monumental de Nuno Fernandes Cogominho (falecido em 1316), pois não há quaisquer vestígios do mesmo²².

Margarida Alvernaz terá falecido depois de 1327 e foi sepultada, muito provavelmente, à semelhança de Nuno Fernandes Cogominho, na capela que com ele havia comprado ao cabido da catedral lisboeta para destinar a fins sepulcrais, entre 1290-1300, passando a chamar-se de Nossa Senhora da Piedade, em vez de Nossa Senhora da Terra Solta (actual capela da Misericórdia)²³.

De acordo com um gosto, com uma estética que também corresponde a motivações ideológicas, caracterizadores da teatralidade dos túmulos monumentais de leigos na Catedral de Lisboa, o túmulo desta dama também apresenta a arca decorada apenas com tema heráldicos nas quatro faces: grandes escudos dos Alvernazes e dos Cogominhos, uma vez mais, afirmando a família a que pertencia e a família daquele que foi o seu marido. Esta mesma opção é que podemos observar no túmulo de uma mulher de condição nobre, D. Maria de Vilalobos, na capela de S. Cosme (no deambulatório), onde os escudos da sua linhagem se alternam com os dos Pacheco (a linhagem do marido). O que as distingue é uma questão de relevância linhagística. É que Maria Vilalobos era neta (mesmo que bastarda) do rei Sancho IV de Castela, corria-lhe sangue real nas veias, e foi a última mulher

²² FERNANDES, *Memórias...*, p. 82

²³ FIGUEIREDO; Ana Paula – *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa. Abordagem Cripto-Histórica*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de Mestrado, pp. 45-46.

do nobre mais proeminente da corte de D. Afonso IV (Lopo Fernandes Pacheco), enquanto Margarida Alvernaz era uma mulher rica, cidadã de Lisboa e que foi, por sua vez, casada com um nobre da corte de D. Dinis, como atrás se mencionou. Mas, do ponto de vista imagético, e se desconhecêssemos as origens familiares de uma e de outra, a avaliar pelas memórias visuais que quiseram deixar de si, diríamos que ambas eram mulheres da nobreza portuguesa de meados do século XIV. Este é apenas mais um exemplo que vem demonstrar como o conceito de “nobreza”, nesse complexo século XIV, era mais fluído, mais abrangente, do que alguma vez havia sido.

No túmulo de Margarida Alvernaz devemos atentar no livro de orações sem epígrafe (talvez tenha existido originalmente um texto pintado e que desapareceu), mas em especial no rosto desta dama, tratado verdadeiramente como o de uma defunta, embora o gesto da leitura do livro contrarie esta ideia. Não aparenta a serenidade vivente de Maria de Vilalobos, nem da dita infanta D. Constança²⁴ que repousam em capelas não muito distantes no espaço da catedral. A tipologia do rosto da senhora de Alvernaz é a que iremos encontrar noutra jacente feminino, mas fora dos muros catedralícios. Também na linha das restantes mulheres sepultadas na Sé em sepulcros que contemplam figuras jacentes²⁵, a defunta é representada como uma bem-aventurada que aguarda o dia do Juízo Final no sossego e decore da leitura do seu livro de horas (assim o imaginamos, por comparação com outros exemplos coevos). Pela posição em que o livro está colocado podemos conjecturar que não se prestava com facilidade à leitura, mas antes era símbolo de religiosidade e do recato da dama viúva.

Aos pés apresenta um pequeno cão doméstico, atributo da condição feminina (símbolo de fidelidade), tal como podemos ver nas sepulturas de muitas mulheres da nobreza e da família real nesse século XIV.

Deve também assinalar-se um certo ar de inacabado, ou de pouco polido que este túmulo apresenta, o que poderia não corresponder exactamente ao seu aspecto original, uma vez que ainda é possível ver partes que conservam o preparo destinado a receber os pigmentos das tintas com que este moimento foi policromado.

Na igreja do antigo convento de S. Domingos de Lisboa subsistem apenas dois túmulos dos que integravam uma capela destinada ao enterramento de membros da família Palhavã²⁶, outro dos apelidos já identificados como pertencentes às

²⁴ FERNANDES, Carla Varela, *Memórias...*, pp. 61-72, com bibliografia anterior.

²⁵ À excepção de uma mulher anónima sepultada num muito deteriorado sarcófago na capela de Santo Aleixo (Cf. FERNANDES, Carla Varela – *Memórias...*, pp. 73-80).

²⁶ MARTINS, Miguel Gomes – *A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXII (1997-1998),

elites de Lisboa no século XIV e, também eles, interessados em agruparem-se num espaço funerário que fosse o espelho do peso social e económico dos Palhavã na Lisboa desse tempo. As catástrofes que assolaram este templo (terramoto, incêndios) fizeram com que esta ideia de *loci sepulcrale* conjunto da referida família sofresse vicissitudes várias, chegando apenas dois túmulos até nós. O mais antigo data de 1306 e guarda os restos mortais dos fundadores da referida capela de S. Domingos: Martim Pires Palhavã, a sua mulher D. Maria e a sua filha Teresa, com óbitos entre 1317 e 1335. D. Maria Soares, a última dos três elementos familiares a falecer, terá mandado edificar a capela e contribuído para a conclusão de alas conventuais, como o claustro e o parlatório, e ainda para o financiamento da construção do campanário. Trata-se um sarcófago sem jacente, apenas com inscrição epigráfica.

A outra sepultura data de 1343 e pertence a D. Sancha Pires, mulher de João Anes de Palhavã, que, tal como Bartolomeu Joanes, também escolheu a fórmula “cidadão de Lisboa” para se auto-designar. Neste túmulo, e contrariamente ao que vimos nos anteriores, podemos encontrar uma inscrição, em unciais gravadas na face do monumento em questão, dispostas em cinco legíveis linhas:

:AQUI : IAZ : DONA : SANCHA : MOLHER :/ : QUE :FOY :DE :
 DON : IOANE : ANNES : PA :/ :LHA :VAA :QUE : DEUS : PERDOE :
 : HE : P :/: AS(s)OU : XI :DIAS :DE :NOVENBRO : DA :/ :ERA
 : DE :MIL : CCC : LXXX : I : ANOS : P(ate)r : N(oste)r :²⁷

O túmulo impressiona pela simplicidade da arca, pela pedra (lito) muito polida, e, em especial, pelo jacente que representa D. Sancha, originalmente em gesto de oração (com as mãos juntas, hoje desaparecidas) e com um rosto muito marcado pelo fâcies da morte (**Fig. 5**). Lembra, indubitavelmente, o rosto de Margarida de Alvernaz, com as bocas com lábios descendentes, os olhos que sugerem ter sido pensados para estarem fechados, a cabeça e o queixo coberto com os véus das mulheres viúvas. Parece ter havido a transferência de modelo de uma para a outra, embora o tempo que separa a morte de ambas as mulheres (cerca de 20 anos), dificulte a atribuição dos dois trabalhos ao cinzel de um mesmo escultor, ainda que não seja impossível, o que justificaria uma semelhança tão grande entre ambas (**Figs. 6 e 7**).

Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras/ Instituto de História Económica e Social, (1999), pp. 35-93.

²⁷ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval...*, p. 1651. (Aqui jaz Dona Sancha, mulher de D. João Anes Palhavã. Que Deus lhe conceda perdão, que a sua alma descanse em paz. Décimo primeiro dia de Novembro da era MIL: CCCLXXXI. PN (Pater Noster).



Fig. 5 – Túmulo de D. Sancha Pires. C. 1343.
Igreja do Convento de S. Domingos de Lisboa. © José Avelar.



Fig. 6 – Rosto do jacente de
D. Sancha Pires.



Fig. 7 – Rosto do jacente de
D. Margarida de Avernaz.

2. Conclusão.

Chegada aqui, é momento de concluir que, com os dados disponíveis, é hoje possível termos uma ideia mais aproximada da realidade que me propus tratar. Não só conhecemos melhor o número (mesmo que estimado) das sepulturas e das tipologias preferidas por esta classe social emergente na Lisboa do século XIV, mas também conseguimos perceber que houve uma preferência pela catedral da cidade como lugar de memórias póstumas, em especial o seu claustro. Se a construção da capela de Bartolomeu Joanes constituiu um notável acontecimento

para a afirmação social dos membros deste grupo socioprofissional, a verdade é que verificamos, desde cedo, que o claustro da Sé deverá ter sido projectado desde logo com vista a receber sepulturas de nobres, mas, e cada vez mais, de famílias ricas de Lisboa, de que já demos aqui vários exemplos, chegando-se ao século XIV com a venda por parte do cabido da sua sala de reuniões (sala do capítulo) para receber as sepulturas do casal Cogominho e Alvernaz. Se especularmos um pouco mais sobre esta tendência, que parece ter deixado presença na maioria das capelas claustrais, também a sepultura de uma mulher não identificada (e já aqui citada), num arcossólio da capela de Santo Aleixo pode, eventualmente, ser de uma senhora das oligarquias urbanas e que, pela análise estilística de alguns elementos que ainda se conserva, propomos uma cronologia que se baliza nas primeiras décadas do século XIV²⁸. O facto de, na mesma capela, na parede fronteira, estarem sepultados dois bispos (impossíveis de identificar, devido ao estado avançado de degradação), pode significar, simplesmente, a permeabilidade dos bispos e do cabido lisboeta à cedência de espaços para sepultura dos ricos e poderosos da cidade no claustro da Sé, a troco de benesses pecuniárias.

Neste sentido, pode concluir-se que a catedral, símbolo religioso máximo do poder da Igreja nas cidades, servia melhor os propósitos da construção de memórias póstumas para homens e mulheres das elites urbanas de Lisboa, mesmo que alguns tenham também optado por casas do clero regular, mas, das ordens Mendicantes, isto é, de ordens religiosas de vocação também mais urbana. Estas tendências, demonstradas partir dos estudos artísticos, são apenas mais um elemento a juntar à história da afirmação das cidades, que, em Portugal, é sensível partir de meados do século XIII e durante o século XIV.

Neste estudo muitas questões ficam, invariavelmente, sem respostas conclusivas, escondidas sob o nevoeiro obscuro da documentação conhecida que ainda não é suficientemente esclarecedora para dar respostas a muitas das dúvidas que nos inquietam. Avança-se lentamente, cada vez com mais suporte interdisciplinar, com a convicção de que muito ainda se pode vir a descobrir, a repensar e a reposicionar no futuro.

²⁸ A análise formal, material e estilística daquele túmulo, em particular do jacente, já a fizemos anteriormente (FERNANDES, Carla Varela, *Memórias...*, pp. 73-80), mas apenas agora, e após os mais recentes estudos sobre o claustro (FERNANDES, Paulo Almeida – *O claustro da Sé de Lisboa...*; e VILLAMARIZ, Catarina Madureira – “As Sés de Lisboa e Évora e a importância dos *Experimentalismos* nos claustros”. In VAIRO, Giulia Rossi; MELO, Joana Ramoa (Coords.) – *Os Claustros no Mundo Mediterrânico. Séculos X-XVIII*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 71-85), nos parece possível equacionar tratar-se de uma senhora de uma família abastada e não de uma nobre. Do que se conserva, não se vislumbra a presença de qualquer brasão, mas, e com os desastres que esta capela sofreu, incluindo um poderoso incêndio, não será descabido equacionar que alguma pintura que o túmulo pudesse ter tido originalmente apresentasse símbolos heráldicos identificativos da tumulada.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, anot. SILVA, Augusto Vieira da, 2.^a ed. Rev. e ampl. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938.
- CORREIA, Vergílio – *Obras. Estudos de História da Arte – Pintura e Escultura*. vol. III. Coimbra: Universidade, 1953.
- DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994.
- FERNANDES, Carla Varela – *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*. Lisboa: IPPAR, 2001.
- *Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia (séculos XII a XIV)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de doutoramento.
- FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura ‘cheia de imperfeições’?”. *Murphy* 1 (2006). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 18-69.
- “A capela de Sto. Estêvão na Sé de Lisboa”. In FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lúcia; BUGALHÃO, Jacinta (Coords.) – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Lisboa: EGEAC, 2017, pp. 144-149.
- FIGUEIREDO, Ana Paula – *O Espólio Artístico das Capelas da Sé de Lisboa. Abordagem Cripto-Histórica*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. Tese de Mestrado.
- FONSECA, Martinho da – *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschinni*. Lisboa, 1912.
- LIMA, Henrique Linhares de – *Vultos e Sombras Medievais (achegas para um estudo histórico-genealógico)*. Separata de *Olisipo*. Lisboa, 1948.

MARTINS, Miguel Gomes – *A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*. Separata da *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXII (1997-1998). Coimbra, Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras/ Instituto de História Económica e Social, 1999, pp. 35-93.

— “Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 6 (2002). Lisboa: Câmara Municipal, pp. 10-43.

MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*. Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

PITT, Thomas – *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*. *Observations in a tour to Portugal and Spain (1760)*, introd, dir. científ. e coord. Maria João NETO; Transcr. Bernardo SÁ-NOGUEIRA; Trad. Pedro FLOR. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

ROSA, Maria de Lurdes – “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”. In JORGE, Ana M^a Jorge, RODRIGUES, Ana M^a (Coords.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-505.

SOUSA, J. M. C – *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*. 2-Ed. revista e aumentada. Lisboa, (1927) 1935.

TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e – *A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa*. Lisboa: Ramos Afonso & Moita, 1984.

VILLAMARIZ, Catarina Madureira – “As Sés de Lisboa e Évora e a importância dos *Experimentalismos* nos claustros”. In VAIRO, Giulia Rossi; MELO, Joana Ramôa (Coords.) – *Os Claustros no Mundo Mediterrânico. Séculos X-XVIII*. Coimbra: Almedina, 2016, pp. 71-85.

Poder e arquitetura urbana: *a casa-torre no Porto Medieval*

*Silvana R. Vieira de Sousa*¹

Resumo

Nesta breve reflexão sobre a casa-torre na cidade do Porto em período medieval, pretende-se elencar e analisar alguns exemplos desta tipologia habitacional dentro dos limites do centro histórico desta cidade, recorrendo para esse fim a material de investigação acedido em contexto de estágio curricular em âmbito de mestrado, bem como a leituras próprias dos edifícios em questão. Paralelamente, tenta-se desenvolver a ideia da própria organização urbana medieval da cidade do Porto, bem como a questão, tida como central, da construção em altura em contexto urbano medieval, a par do uso de certos materiais e de disposições construtivas no que toca a este tipo de arquitetura civil, capaz de se evidenciar como marca de poder construtivo e arquitetónico.

Palavras-chave

Arquitetura medieval; casa-torre; Porto.

¹ Mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Doutoranda em História da Arte na Universidade de Évora. CHAIA/UE, HERITAS – Estudos do Património.

Power and urban architecture: the tower-house in the Medieval Porto.

Abstract

In this brief reflection on the tower-house in the city of Porto in the medieval period, it is intended to list and analyze some examples of this housing typology within the limits of the historical center of this city, using for that purpose research material accessed in the context of curricular internship in the scope of master's degree, as well as to own readings of the buildings in question. At the same time, we try to develop the idea of the medieval urban organization of the city of Porto, as well as the central question of construction in height in a medieval urban context, along with the use of certain materials and constructive dispositions to this type of civil architecture, capable of evidencing itself as a mark of constructive and architectural power.

Keywords

Medieval architecture; tower house; Porto.

1. Notas introdutórias: a casa medieval urbana.

Os espaços de habitação do período medieval permanecem ainda, em parte, por desvendar e compreender, mas é aceite que estes espaços não seriam entendidos como hoje, apenas como um espaço privado e familiar. Neste sentido, a imagem da casa medieval surge como um local onde várias facetas da vida privada e pública se encontram, variando consoante a sua localização (urbana ou rural²) e o estatuto socioeconómico de quem a habita e constrói (ou manda construir). Talvez possamos dizer até, que possuir uma casa é algo distintivo, já que nem todos a podiam ter³ – refiram-se os criados que viviam em anexos da casa que serviam e aprendizes de mesteres que habitavam nas oficinas dos seus mestres.

² Sílvio Conde, ao longo dos seus vários trabalhos sobre a casa medieval, define muito bem estes dois pólos: a casa rústica surge como um núcleo de empresa agrícola, e a casa urbana como sede de múltiplos mesteres. Destaca-se o seguinte: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Porto: CITCEM, 2011.

³ ESTEVAN, Maria Luz Rodrigo – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflictos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 11 (2005). Universidad de Zaragoza, p. 39.

O facto da vivência do mundo medieval ser realizada, na sua maioria, fora de casa e se passar pouco tempo dentro dos espaços de habitação indica por sua vez a importância dos anexos como os lagares, lojas, celeiros, palheiros ou currais, sendo que frequentemente, estes encontram-se no rés-do-chão da casa (como no caso da loja, local para comércio) ou nas traseiras do lote (como o quintal, local para hortas e instalação de animais⁴), demonstrando uma realidade onde a ruralidade vivia paredes meias com o mundo citadino. Esta permeabilidade entre os dois mundos é evidente, mais que não seja no facto de que, mesmo uma cidade sendo profusamente habitada, ela continha sempre em si espaços não urbanizados/habitados que serviam para aí se proceder ao cultivo de produtos, como hortas, vinhas ou olivais⁵.

A localização do terreno das próprias casas a construir condiciona desde logo as suas medidas e disposição construtiva, já que no meio urbano é a tipologia dos lotes que as define, o que leva à construção em altura e ao acrescento de sobrados e consequentemente de divisões. Este aspeto não se aplicará, contudo, ao mundo medieval rural, onde a falta de espaço que se poderia evidenciar na cidade não acontece, podendo os seus proprietários anexar ou construir de raiz divisões ao espaço central/original – dando origem aos chamados “assentamentos de casas” ou união de vários edifícios -, não havendo necessidade da construção em altura. Sobre esta questão da construção em altura e formas atorreçadas, há cuidados a ter já que, em contexto urbano, uma casa-torre não deve ser sinónimo de casa senhorial, como acontece frequentemente no espaço rural, e sendo o Porto o palco desta breve reflexão, mais força dá a esta afirmação, quer pela interdição de nobres na cidade⁶, quer pela variedade de construções de burgueses e eclesiásticos, e não de nobres. Assim, é importante perceber que a construção em altura nas cidades medievais não se relaciona apenas com as chamadas casas-torre (que normalmente associamos a casas de famílias nobres⁷), mas sim com a elevada procura de terreno, o que leva a que em cidades como o Porto a solução passe por se construir em altura com vários andares acima do rés-do-chão, além de que, a relação entre a casa (em particular a sua fachada) e a rua, é outro dos aspectos diferenciadores

⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 86.

⁵ GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 237.

⁶ Apenas a partir de 1502, no reinado de D. Manuel, parece surgir uma “janela de oportunidade” que permitirá à nobreza construir casas e residir no Porto.

⁷ BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1998). Coimbra, p. 57.

face à casa medieval rural⁸, recaindo na fachada um maior cuidado construtivo e revelando um local onde se introduzem elementos que cativem o olhar.

No entanto, duas características gerais distinguem as casas-torres urbanas da casa dita corrente: a pedra que se utiliza no total da habitação, e não apenas no piso do rés-do-chão, distingue a primeira da segunda, mesmo que esta última seja construída em altura já os pisos superiores são, quase sempre, em taipa ou material semelhante⁹. Mesmo nesta cidade, onde a pedra seria de obtenção e transporte fácil, através das pedreiras que existiam ao seu redor e do Rio Douro, esta era ainda um material caro (procedendo-se muitas das vezes à sua reutilização em novas construções¹⁰), sendo também um material que oferecia algum grau de dificuldade de trabalho e manuseamento, sendo para isso necessário as mãos calejadas de pedreiros. À utilização da pedra em toda a superfície do edifício, junta-se outro elemento de identificação geral que vemos amiúde em casas-torre, a utilização de merlões e ameias.

O Porto surge aqui como uma exceção, já que, para a sua utilização, sabemos existir a necessidade de autorização por parte do senhorio eclesiástico¹¹, relacionando-se com a já referida interdição da habitação ou permanência prolongada de nobres na cidade, e notando-se por sua vez, a carga simbólica de poder que estruturas como estas carregavam¹². Embora alguns edifícios que se irão referir de seguida apresentem coroamento deste tipo, isto acontece apenas com adições estruturais em período moderno.

2. Algumas casas-torre do Porto medieval: Rua de Baixo, Mercadores, Reboleira e Beco do Forno Velho.

Passemos agora a exemplos concretos – localizados na zona ribeirinha da cidade – e à sua breve descrição e análise. Para conhecer a evolução da zona ribeirinha

⁸ CONDE, Manuel Sílvio Alves – “A Casa...”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, p. 58.

⁹ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: s.n., 2017, projecto de estágio de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/105968>, p. 33, fig. 5.

¹⁰ AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013, p. 263.

¹¹ AFONSO, José Ferrão – *A imagem tem de saltar...*, p. 261.

¹² Citando a passagem da inquirição régia ao senhorio do Porto, datada de 1339: “Item, todos aqueles que fezerem casas na dita cidade, que sejam de pedra, nom porram em ellas ameas sem lecença do senhorio da jgreia. (...)”. In *Corpus Codicum Latinorum et Portugalsiumeorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum*, vol. I, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade: Porto, 1899, p. 40.

(zona baixa), é necessário entendê-la na sua relação com a zona da Sé (zona alta).¹³ A posterior expansão da cidade para os arrabaldes a partir do século XIII, originou a ocupação da zona ribeirinha, impulsionada pelo surgimento e estabelecimento das Ordens Mendicantes¹⁴ no Porto, dando uma nova dinâmica à cidade, colocando-a com dois pólos de atividade, no que diz respeito a ações de carácter mercantil, construtivo ou social. A ocupação desta zona revelou também os conflitos entre a Coroa e o Bispado, agravados pela construção de casas na Rua da Alfândega por D. Afonso IV a partir de meados do século XIV, e na Rua Nova (atual Rua Infante D. Henrique) por D. João I, dando início à construção do património régio na cidade do Porto¹⁵ e funcionando como o primeiro passo na aquisição de poder territorial na cidade do Porto por parte da Coroa.

A Torre do Barredo ou Torre da Rua de Baixo¹⁶, encontra-se entre a Rua de Baixo e a Viela do Buraco, com o N.P. 5, na zona do Barredo. Esta zona, juntamente com o espaço envolvente da Sé do Porto, foi uma das primeiras a receber intervenções por parte do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira / Barredo), que funcionou sensivelmente entre 1974 e 2003, e que depois expandiu a sua ação para outras zonas da cidade e atuou em muitos dos edifícios que vemos hoje¹⁷. Esta casa-torre surge como uma das construções mais antigas deste tipo na cidade, podendo remontar ao século XIII, apresentado uma estrutura em granito, dividida em cinco pisos e com fachadas para duas ruas. Na fachada voltada para a Rua de Baixo, contém, ao nível do rés-do-chão, um vão de entrada retangular e um de iluminação quadrangular, apresentando no piso superior (1º piso) um portal de acesso em arco de volta perfeita elevado por escadas laterais, e um vão de iluminação quadrangular. Sobre este piso encontram-se duas mísulas de cunho possivelmente contemporâneo, que

¹³ Consulte-se a planta do Porto (séculos XIV e XV), com o mapeamento das zonas gerais que compunham a cidade disponível em: RIBEIRO Maria do Carmo; MELO Arnaldo Sousa – "A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval". *Medievalista*. [Em linha]. N° 12, (Julho-Dezembro 2012). Disponível em: www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html [consultado 02.01.2018].

¹⁴ A fundação do Convento de S. Domingos do Porto teve lugar em 1239, por iniciativa de Sancho II, e a construção das fundações do convento de S. Francisco iniciou-se em 1245.

¹⁵ MARQUES, José – "Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo". Separata da *Revista de História*, vol. III (1982). Porto: Centro de História da Universidade do Porto, p. 75.

¹⁶ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 75, fig. 67.

¹⁷ O CRUARB apresenta trabalhos na área do urbanismo e renovação patrimonial desde 1974, sendo que estes trabalhos caracterizam-se por políticas de reenquadramento social, procurando fixar a população portuense no local onde nasceram. Um entendimento geral do trabalho desenvolvido por este organismo e quais as suas principais preocupações e diretrizes, pode ser encontrado na obra comemorativa dos 25 anos do CRUARB – *Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, 2000.

antecedem o 2º piso com dois vãos de iluminação – um quadrangular e outro, mais pequeno e possivelmente mais antigo em arco –, e o 3º e último desta fachada com mais dois vãos de iluminação quadrangulares semelhantes aos anteriores referidos, claramente de uma cronologia posterior ao período medieval. Do outro lado do edifício, na fachada voltada para a Viela do Buraco, é possível encontrar uma parte da casa mais marcada por renovações e acrescentos posteriores, repetindo a organização de vãos, andares e colocação de mísulas da fachada contrária, apresentando apenas um desnível face à Rua de Baixo o que faz com que, desse lado, o edifício apresente mais um piso visível, com mais dois vãos de iluminação quadrangulares.

Outro ponto de interesse na zona ribeirinha da cidade do Porto encontra-se na Rua dos Mercadores, que formou no período medieval, juntamente com a Rua da Bainharia e a Rua Escura, um dos principais eixos de ligação entre a vila baixa e a vila alta. Conhecida por conter um grande número de casas-torre neste mesmo período, possuía isenção de aposentadoria, à semelhança do que acontecia com a Rua Chã, dada por D. Fernando e confirmada por D. João I¹⁸. Estendia-se ao longo da zona extramuros primitiva, começando perto da Porta da Vandoma e indo até à Praça da Ribeira e ao Rio Douro, sendo assim um arruamento escolhido por muitos mercadores para aí construírem as suas casas e estabelecimentos de comércio, tornando esta rua numa zona com bastantes habitações próprias, construídas de raiz, maioritariamente em pedra (do rés-do-chão aos pisos superiores) pelos seus moradores e não apenas arrendadas, como se verificava noutros arruamentos da cidade – o facto de os proprietários serem os residentes, leva a que a documentação de possíveis aforamentos e emprazamentos seja mais escassa e, conseqüentemente, seja mais difícil perceber a evolução da ocupação medieval nesta zona. Na casa com o N.P. 156-158¹⁹ encontramos uma casa-torre sobre a qual existe alguma informação que merece ser referida. A retirada do reboco aquando de um projecto de remodelação do edifício em 2004²⁰, permitiu ver o que se escondia por trás deste, encontrando-se no 3º andar da parede de meação norte, junto ao teto, uma “pingadeira” e ainda, no 4º andar da fachada posterior, duas aberturas que poderão ser possíveis fornos, já que seria nestes espaços superiores traseiros que ficariam as cozinhas, devido ao receio de incêndios. Sobre o mesmo

¹⁸ CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: CMP/ CRUARB/CH, 1996, p. 160.

¹⁹ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 71, figs. 56-57.

²⁰ BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – “Porto Património: ‘A descoberta arquitectónica do ano’”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XXXV:6 (junho de 2016), pp. 173-175. Este artigo tem continuação no número seguinte: BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro”, *O Tripeiro*. 7ª série. Ano de XXXV:7 (julho de 2016), pp. 215-217.

imóvel há nota da existência de um pedido de licenciamento camarário com o nº 506, em nome de António Pinto Rezende²¹, aprovado a 20 de Setembro de 1866, referindo-se a troca de janelas góticas geminadas do quarto e último andar por vãos retangulares simples, aspeto que ainda hoje se mantém.

A Rua da Reboleira, que sofreu um corte ao redor de 1870, aquando da abertura da Rua Nova da Alfândega, apresenta mais dois exemplos de interesse²². A casa com o N.P. 55 apresenta ao nível da cave, voltado para a Rua do Outeirinho, estruturas medievais que poderão remontar ao século XIV, e na fachada voltada para a Rua da Reboleira permanecem ainda os portais e janelas de finais da Idade Média, e que, devido à sua simetria, poderão indicar o aglutinamento de dois lotes pré-existentes com vista a conceber um espaço uno maior²³. Os andares superiores apresentam-se visivelmente transformados, possivelmente nos séculos XVII e XVIII, e os merlões que coroam o edifício, por exemplo, poderão remontar a esta periodização. No edifício seguinte, com o N.P. 59, do outro lado do cruzamento da Rua do Outeirinho com a Rua da Reboleira, encontramos uma outra casa-torre, atualmente sede de um serviço social²⁴. Trata-se de uma outra provável construção do século XIV, com a estrutura praticamente intacta, em particular os vãos de iluminação e pano murário, apresentando, contudo, a fachada voltada para a Rua da Reboleira bastante modificada por intervenções do período moderno. Todo o edifício apresenta aparelho de granito e é rematado, à semelhança do que acontece com o N.P. 55, com merlões, acrescentados, muito possivelmente, em período moderno.

Entre a Rua de S. João, Rua do Infante D. Henrique (antiga Rua Nova dos Ingleses e Rua Nova/Formosa) e o Beco do Forno Velho, encontramos um conjunto de lotes de grande sensibilidade arqueológica, segundo apontam relatórios aos quais tivemos acesso na instituição de acolhimento²⁵. Num pequeno artigo de Manuel Luís Real e Rute Reimão, publicado na revista *Olaria*²⁶, apresenta-se uma

²¹ Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal do Porto: *Livro das Plantas de Casas*, nº35, pág. 193.

²² SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, pp. 73-74, figs. 63, 64, 67.

²³ LOZA, Rui Ramos; REAL, Manuel Luís (Coords.) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993, p. 162.

²⁴ O espaço foi renovado em 1997, pelo Arquiteto António Moura, para aí se instalar um Lar de Idosos. Há ainda referência a um contrato de 1688 na página do SIPA dedicada a este imóvel, entre o proprietário de então, Pedrossem, e um mestre-pedreiro chamado Manuel Mendes, no entanto, não conseguimos comprovar a existência do mesmo, pelo que apenas o referimos em nota.

²⁵ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 79, fig. 78; p. 81, figs. 80 e 82.

²⁶ REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto”. In *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Barcelos: Museu de Olaria, 1996, p. 85.

imagem do que terá sido esta zona antes da abertura da Rua de S. João no século XVIII (que levou ao encanamento do Rio da Vila), com base numa planta de finais do século XVIII, no estudo da propriedade a partir dos impostos da décima de 1731 e das expropriações para a abertura dessa rua, entre 1762 e 1772, permitindo assim uma visão do terreno e do seu parcelamento, mais próxima da cronologia que estudamos, deixando ver também a lembrança de alguns alinhamentos medievais. No local onde hoje se encontram as instalações de um estabelecimento hoteleiro voltado para a Rua Infante D. Henrique com o N.P. 1, além de partes dos seus lotes, principalmente ao nível do rés-do-chão, apresentarem material que poderá remontar ao período medieval – como lajeados e parte de pano murário –, encontraram-se as fundações de uma casa-torre, entretanto desaparecida. Uma outra estrutura relativa a fundações de uma segunda casa-torre, também foi encontrada, mas desta vez no Beco do Forno Velho, num lote que recebe atualmente o restaurante desse mesmo estabelecimento hoteleiro, e que permanece parcialmente visível na sala de refeições.

3. Outros espaços de interesse: Escadas do Recanto e Rua Chã.

Faz-se ainda referência apenas a mais dois exemplos, que, embora não se possam classificar, com certeza, casas-torre, são definitivamente espaços de interesse dentro da arquitetura civil medieval do Porto²⁷. No cruzamento das Escadas do Recanto com a Calçada do Forno Velho, e voltada para a Rua Nova da Alfândega, encontramos o que é hoje em dia um edifício escolar, pertencente ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas. A escola conserva, num dos seus quatro lotes, mais um exemplo de interesse para o nosso trabalho. O lote em questão, sem número, apresenta uma estrutura semelhante a uma casa-torre em contexto urbano, com cantaria de granito exposto (com exceção da fachada voltada para as Escadas do Recanto com granito pintado), apresentando o lote relativamente estreito e medianamente profundo, com duas fachadas principais: uma voltada para a Calçada do Forno Velho e outra para a Rua Nova da Alfândega. Na fachada voltada para a Calçada do Forno Velho, surge um vão de entrada em arco apontado e outro de iluminação quadrangular ao nível do rés-do-chão, e um vão de iluminação também quadrangular no piso imediatamente superior. Na fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega, e aproveitando o desnível de terreno que aqui existe, esta apresenta pelo menos mais um piso. Surgem aqui dois

²⁷ SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto...*, p. 87, fig. 99 e 100; pp. 88-89, fig. 103 e 104, respectivamente.

vãos de entrada, um em arco apontado semelhante ao da outra fachada, e outro com padieira tripartida, juntamente com três níveis de vãos de iluminação nos pisos superiores. As duas janelas do 2º piso desta fachada apresentam um possível rearranjo das pedras e também um possível cunho quinhentista. No 3º piso, o material construtivo surge trabalhado de forma ligeiramente diferente, indicando um possível acréscimo, ou reconstrução, desse mesmo piso.

O último exemplo desta breve análise encontra-se na Rua Chã. Aquando da obra de remodelação de dois lotes contíguos (N.P. 87 e 89), e sendo possível aceder a este local na companhia dos responsáveis da obra em contexto de estágio curricular de mestrado, foi posta a descoberto o que poderá ser uma casa do século XV. Esta casa tem fachada voltada para a Rua Chã mas não está alinhada com este arruamento (situação relativamente comum na Idade Média), e apresenta uma outra fachada nas traseiras, local onde se encontram atualmente vestígios do que terá sido uma ilha do período contemporâneo. Esta construção, que se crê ser do período medieval, surge absorvida e no interior de dois lotes contemporâneos, apresentando uma entrada voltada para uma viela ou rua mais antiga, entretanto desaparecida, do lado oposto à atual Rua Chã. No seu interior é visível, numa das paredes divisórias voltada para a atual Rua Chã, uma parede em *fachwerk*²⁸, ainda não datada. Esta técnica construtiva de materiais leves, mais comum na Alemanha, Inglaterra, Suíça e países ao redor do Danúbio, tem paralelo com outras consideradas mais “portuguesas”, como o tabique²⁹, mais utilizado nas casas com sobrados salientes, e a taipa³⁰, mais utilizada na construção de paredes e divisórias. Além dos aspetos construtivos de aparência medieval, e não só, visíveis no imediato, a localização desde objeto de estudo corrobora parcialmente o porquê de se o considerar uma casa gótica, já que a própria Rua Chã possui uma longevidade considerável, passando por um incêndio em finais do século XIV, possivelmente devido a construções maioritariamente em taipa, sendo também uma rua com isenção de aposentadoria, e, portanto, apetecível para a construção de casas. As suas formas técnicas e construtivas, e o facto de sabermos que em 1408 a Câmara ordenou a abertura da Porta dos Carros para o transporte da pedra para reconstrução das casas³¹, poderá indicar, ainda que numa esfera conjectural, que esta poderá ser uma das casas reconstruídas em pedra, pós-incêndio.

²⁸ Revestimento por sectores, construído em madeira e materiais leves; parede composta por barrotes verticais, horizontais e oblíquos, formando uma armação com padrões geométricos, cujos vazios se preenchem com tijolos ou outros materiais semelhantes.

²⁹ Parede feita de tábuas grosseiras, não ultrapassando os 3cm de largura, dispostas ao alto, pregadas nas extremidades aos barrotes do soalho. Técnica comum para revestimentos de sobrados salientes.

³⁰ Junção de terra crua comprimida, com cofragem de madeira; para construção de paredes e divisórias.

³¹ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999, p. 102.

4. Considerações finais.

A arquitetura que observamos hoje, como forma de arte que se pratica, ocupa e vive, será sempre uma forma de olhar para o passado. O caso da cidade do Porto não é diferente, e aqui a memória do período em que a identidade do burgo portugalense se define é ainda bastante notória, e também parte fundamental na manutenção do carácter de uma urbe em permanente mutação. Os exemplos que foram referidos ao longo deste texto e que existem atualmente na cidade, são, todos eles, construídos em material pétreo, prolongando-se no tempo e chegando até aos dias de hoje, sendo aceitável acreditar que não é só a construção em altura que define uma casa “rica” e ostensiva no Porto, mas sim o material, e se hoje somos levados a crer que toda a construção em altura é representativa de prestígio, talvez seja porque só a boa construção sobreviveu.

Embora muitas das fachadas dos edifícios atuais do Porto correspondam a cronologias mais avançadas do que a medieval, certo é que muitas deles reaproveitam bases e estruturas prévias, e mesmo quando não são as estruturas que sobrevivem, é o lote, a delimitação de terreno, que serve de base para um outro edifício. Material de construção e localização do terreno surgem assim como marcas de poder efetivas na construção de uma casa-torre urbana, que se junta à dimensão que estas poderiam ocupar (refletindo-se, por exemplo, na junção de dois lotes de terreno contíguos), e mais ainda, à sua capacidade de permanecer e adaptar-se ao avançar do tempo. Os exemplos que são elencados ao longo do texto são apenas uma pequena amostra do panorama da arquitetura civil habitacional medieval da cidade do Porto, e embora as cronologias que se referem sejam sempre aproximadas e alargadas, faltando uma localização no tempo mais precisa (já que não temos provas documentais concretas para o efeito), estes serão, ainda assim, pontos de partida para o estudo da sua materialidade e também, para o entendimento da camada social com que se relaciona, isto é, com quem habita o espaço.

Com efeito, a casa-torre medieval, como todas as construções habitacionais, revela-se como um espaço doméstico construído e como um produto social que criado para a sociedade³². Embora seja obrigatório usar de cautela nestas matérias, não raras vezes analisamos o passado com olhos do presente, mas a necessidade primária de abrigo, de casa, é algo de transversal em todas as cronologias, e é isso, também, que faz dela um repositório das nossas vivências, nas suas mais diversas vertentes.

³² GUTIÉRREZ LLORET, Sonia – “Casa y Casas: reflexiones arqueológicas sobre la lectura social del espacio doméstico medieval”, in *La Casa Medieval en la Península Ibérica*, Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2015, p. 19.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum. Volume I. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1899.

Estudos

AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1998). Coimbra, pp. 39-103.

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – “Porto Património: A descoberta arquitectónica do ano”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XXXV:6 (junho de 2016), pp. 173-175.

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro”. *O Tripeiro*. 7ª série. Ano de XXXV:7 (julho de 2016), pp. 215-217.

CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: CMP/CRUAR/CH, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Porto: CITCEM, 2011.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – “A Casa”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 54-75.

- CRUARB (Ed.) – *Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.
- DIÉZ JORGE, M^a Elena; NAVARO PALAZÓN, Julio – *La Casa Medieval en la Península Ibérica*. Madrid: Sílex Ediciones S.L., 2015.
- ESTEVAN, Maria Luz Rodrigo – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflitos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)”. *STVDIVM. Revista de Humanidades* 11 (2005). Zaragoza: Universidad de Zaragoza, pp. 39-74.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999.
- GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- LOZA, Rui Ramos; REAL, Manuel Luís (Coords.) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.
- MARQUES, José – “Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo”. Separata da *Revista de História*, vol. III (1982). Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto”. In *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Barcelos: Museu de Olaria, 1996, pp. 79-85.
- SOUSA, Silvana R. Vieira de Sousa – *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: s.n., 2017, projecto de estágio de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/105968>